

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.398.063 - MG (2018/0299127-0)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**AGRAVANTE : MARCOS ANTÔNIO DE OLIVEIRA**  
**AGRAVANTE : JULIANA MARIA MARTINS DE OLIVEIRA**  
**ADVOGADO : SILVIO ALVES DOS SANTOS E OUTRO(S) - MG084231N**  
**AGRAVADO : JOÃO ROBERTO SOARES**  
**ADVOGADO : CESAR EMIDIO DE PADUA PENHA E OUTRO(S) -**  
**MG028158N**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 360):

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA - PENHORA DE SEMOVENTES - IMPUGNAÇÃO - ALEGAÇÃO DOS EXECUTADOS DE QUE NÃO SÃO OS PROPRIETÁRIOS DOS ANIMAIS - AUSÊNCIA DE PROVAS - AVALIAÇÃO DOS SEMOVENTES - REGULARIDADE - DISCUSSÃO SOBRE O VALOR DA EXECUÇÃO - IMPOSSIBILIDADE.

- Não há que se falar em desconstituição da penhora que recaiu sobre os semoventes de propriedade dos Executados, que comprovadamente exercem atividade agropecuária ligada à comercialização de bovinos, inclusive pelo fato de os bens terem sido declarados como sendo de sua propriedade perante o órgão responsável.

- Diante da avaliação correta dos bens móveis, afasta-se a necessidade de repetição do ato.

- Descabe a rediscussão da tese relativa ao excesso de execução porquanto a matéria se encontra abarcada pela coisa julgada.

Opostos embargos de declaração, esses foram rejeitados (e-STJ, fls. 383-392).

Nas razões de recurso especial, alegam os ora agravantes violação dos arts. 805 e 876, § 1º, do Código de Processo Civil de 2015.

Sustentam que " os bens não poderiam ser adjudicados sem que fosse realizada uma perícia minuciosa para avaliar o valor do gado penhorado, já que isso demanda conhecimentos técnicos, ademais, deveria haver praça pública para vender o

gado, pois a execução tem ocorrer de forma menos onerosa para os executados, que manifestaram contra a adjudicação, que não pode ser considerada ato unilateral e sim ato bilateral" (e-STJ, fl. 421).

Aduzem a ocorrência de ilegalidade, tendo em vista que "embora o agravado tenha requerido a adjudicação, não cumpriu o requisito legal de oferecer preço por tais bens" e que "o exequente pediu e foi deferido ao mesmo a adjudicação de bens sem a anuência dos executados, sendo que a execução está ocorrendo de forma mais onerosa aos executados, que estão tolhidos de discutir o valor dos bens penhorados e se for o caso vê-los vendidos por preço bem mais alto do que foi considerado na adjudicação, sem prejuízo do que já foi falado acerca da propriedade do gado" (e-STJ, fl. 421).

Requerem, outrossim, a anulação da adjudicação.

Contrarrazões apresentadas às fls. 428-430 (e-STJ), pelo não provimento do recurso especial.

O recurso não foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 434-437 (e-STJ).

Contraminuta às fls. 456-458 (e-STJ).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaca-se que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do novo Código de Processo Civil, conforme Enunciado Administrativo 3/2016 desta Corte.

Quanto à pretensão dos ora agravantes, a Corte de origem, com base nos fatos e provas constantes dos autos, assim entendeu (e-STJ, fls. 362-363):

Quanto à propriedade dos animais, não prospera a pretensão dos Agravantes de ver desconstituída a constrição, porquanto a informação da Secretaria de Estado da Fazenda, por intermédio da Superintendência Regional, é no sentido de que o Executado Marco Antônio de Oliveira exerce atividade agropecuária relativa à comercialização de bovino, tendo declarado a propriedade de 100 cabeças à época da sua inscrição no órgão regional competente.

Consoante o ofício de fl. 169, durante o período de

15/09/2009 a 12/06/2015, foi declarada a venda de apenas 27 cabeças de gado, o que leva à conclusão de que à época da penhora (28/10/2015) ainda existiam animais de propriedade do Executado Marco Antônio de Oliveira.

Cumpre salientar que os Executados não se desincumbiram do ônus probatório que lhes cabia (art 373, II, do CPC), pois não indicaram quem seria o real proprietário dos animais que estavam em sua posse, tampouco apresentaram comprovantes de alienação dos bovinos remanescentes.

Como bem asseverou o i. juiz primevo, no momento da execução do mandado de penhora e avaliação, o Executado Marco Antônio de Oliveira sequer manifestou oposição, aceitando livremente o encargo de depositário dos bens móveis penhorados, o que revela não haver dúvidas quanto à propriedade dos animais.

Também sem razão os Agravantes ao se insurgirem quanto ao valor atribuído aos semoventes pelo Oficial de Justiça, por não ter sido configurada qualquer das hipóteses do art. 873 do CPC.

Urge frisar que o serventuário da justiça observou estritamente as disposições do art. 872 do CPC ao descrever os semoventes encontrados, suas características e o valor atribuído a cada um deles, não tendo os Executados apresentado qualquer documento ou informação capaz de contrapor a conclusão do oficial do juízo.

Por fim, no tocante ao valor da execução, impende assinalar que não cabe a rediscussão da matéria, uma vez que a tese defensiva de excesso de execução encontra-se abarcada pela coisa julgada, conforme acórdão e respectiva certidão de trânsito em julgado trasladados nas fls.

137/142.

Destarte, considerando que houve apenas a atualização monetária do montante devido pelo Exequente, com observância do índice de correção disponibilizado pela Corregedoria Geral deste E. Tribunal de Justiça, não há que se falar em incorreção do montante pleiteado.

De outro norte, tampouco há obstáculos à adjudicação dos semoventes pelo Agravado, pois se trata de execução de quantia certa, cuja satisfação do crédito se dá por meio da expropriação de bens, sendo a adjudicação a modalidade escolhida pelo credor, na forma dos artigos 876 e seguintes do CPC.

Com tais considerações, **NEGO PROVIMENTO AO RECURSO** para manter incólume a decisão.

Custas e honorários recursais, que arbitro em 2% sobre o valor atualizado da execução.

Nas razões do especial, como se vê, fica evidente a intenção do reexame do contexto fático e probatório dos autos, o que atrai a incidência do disposto na Súmula 7 do STJ.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. AUSÊNCIA. REEXAME DE FATOS E PROVAS. SUMULA 7 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO RECORRIDO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. COTEJO ANALÍTICO E SIMILITUDE FÁTICA. NÃO OCORRÊNCIA.

1. A Corte de origem apreciou todas as questões relevantes ao deslinde da controvérsia de modo integral e adequado, apenas não adotando a tese vertida pelo Agravante. Inexistência de omissão, contradição ou obscuridade.

2. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria de fato (Súmula 7/STJ).

3. A ausência de impugnação dos fundamentos do acórdão recorrido enseja o não conhecimento do recurso, incidindo o enunciado da Súmula 283/STF.

4. O alegado dissídio jurisprudencial não foi comprovado nos moldes estabelecidos nos artigos 541, parágrafo único, do Código de Processo Civil e 255, parágrafos 1º e 2º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

5. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 99.194/SC, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 17/3/2016, DJe 22/3/2016.)

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo, considerando-se suspensas as

exigibilidades em caso de concessão de assistência judiciária gratuita.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI

Relatora

